



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS

I – DO OBJETO:

1.1 – O objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)** tem como finalidade estabelecer parâmetros para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA** conforme informações constantes neste Termo.

1.2 – Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. - Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados no ANEXO I deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

II – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE:

2.1 – A presente aquisição tem por finalidade otimizar as atividades da Guarda Civil Municipal de Carapebus, no que diz respeito a mobilidade urbana, fluidez no trânsito, sinalização e controle de tráfego, tanto no perímetro urbano quanto nos arredores, sendo tais equipamentos indispensáveis a elaboração de um bom serviço. Uma vez que a instituição tem o objetivo de proporcionar maior efetividade à atividade de segurança e fluidez viária. Sendo assim se faz necessário a realização do presente certame;

2.2 – O quantitativo estimado visa atender a necessidade operacional da Guarda Civil Municipal, onde verifica-se uma carência dos itens referidos neste Termo de Referência. Uma vez que o município possui a presença de 2 rodovias estaduais (RJ182 e RJ178) e uma federal (BR 101), todas com um fluxo considerável de trânsito, somados a demandas rotineiras do centro urbano acrescidas àquelas ocorridas por ocasião de festividades.

2.2 - A opção de licitar pelo ITEM, dá-se em razão da economia de escala, bem como das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União. Desta forma, mantém-se preservada a competitividade, dessa forma tem-se a possibilidade de maior competitividade já que os itens não independente entre si.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



2.3 - A adoção do Registro de Preços justifica-se pela economicidade, eficiência e praticidade, permitindo atender às demandas conforme necessidade, evitando aquisições emergenciais e garantindo melhor gestão dos recursos públicos.

2.4 – O Pregão Eletrônico é o meio adequado por assegurar maior competitividade, transparência e ampla participação, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 – Os produtos deverão ser entregues atendendo às características e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, devendo prezar pelo princípio da economicidade.

3.2 - Todos os produtos deverão atender ao CONTRAN e às normas técnicas vigentes dos órgão competentes como ABNT e INMETRO.

3.3 – O produto que apresentar violação de qualquer espécie deverá ser substituído pelo fornecedor.

3.4 – Só serão aceitos os materiais que estiverem de acordo com as especificações mínimas exigidas, em perfeitas condições e em embalagens lacradas, sem indícios de avarias ou violação.

3.5 – Poderão ser solicitados outros documentos, além dos já previsto em Edital e seus anexos, com descrição detalhada dos produtos ofertados, com menção expressa do FABRICANTE/MARCA, fotos, catálogos que permitam à Administração aferir a necessária e perfeita compatibilidade entre o que está sendo solicitado e o efetivamente ofertado.

IV – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

04.1 – Os materiais de expediente a serem adquiridos estão descritos no **ANEXO I**.

V – AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS:

05.1 – Como todos os itens deverão atender às especificações deste termo e às normas do CONTRAN, INMETRO e ABNT, não serão exigidas amostras.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



VI – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

06.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata, sendo possível sua prorrogação, por igual período, desde que haja comprovação de que o preço registrado é vantajoso à Administração.

06.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecida às disposições contidas no Decreto Municipal nº 3.127.

VII – DO PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO REGISTRADO:

07.1 – A entrega do material será conforme solicitação da Administração Pública, cujo prazo deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, a iniciar contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Compras** para o Início da Execução Contratual.

07.2 – Salvo se houver pedido formal de prorrogação do prazo definido no item anterior, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado para melhor atendimento ao interesse público.

07.3 – Os itens serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o pedido.

VIII - DO LOCAL DA ENTREGA DOS MATERIAIS:

08.1 – A contratada deverá realizar a entrega do referido material acompanhado da Nota Fiscal, na Sede da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito na Avenida Getúlio Vargas, nº 672 – Centro, Carapebus-RJ, no período de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 8:00hs e 17:00hs, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Carapebus.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



IX – DA FISCALIZAÇÃO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO:

09.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do recebimento do objeto da presente contratação que será exercida pelo servidor **Valdeni Neves Manhães, matrícula: 206.023**, profissional designado para tal finalidade que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

09.2 – A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos Materiais e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.

09.3 – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos assim exigirem.

X - DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

10.1 – Para a estimativa de preços, foram consultados os sítios governamentais do Painel de Preços, assim como consulta nos sítios de prefeituras, entidades públicas estaduais e sítios de lojas especializadas. Demonstrados no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

XI - DO CUSTO ESTIMADO DA CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA:

11.1 – Considerando o objeto, a natureza da contratação, por tratar-se de COMPRA DE MATERIAL, **NÃO EXISTE** incidência de mão de obra para atendimento do objeto.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 – A Dotação Orçamentária para execução são de FONTES PRÓPRIAS consignados na ficha orçamentária nº 093, previstas na **Lei Orçamentária Anual de 2025**, no Plano Pluri Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a seguir:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



SEGMENTO	FUNCIONAIS	DESPESA	FONTE	FICHA
Fundamental	02.007.001.04.122.0001.2.049	33.90.30.00	1704	093

XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 – Exercer a fiscalização das aquisições por Servidor ou Comissão especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133 e demais legislações pertinentes.

13.2 – O Servidor ou Comissão designado verificará, a etiqueta com as especificações dos produtos, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens e do material (estado de conservação, fechamento, etc).

13.3 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues fora da especificação deste Termo de Referência/Projeto Básico para Registro de Preços.

13.4 – Comunicar à empresa CONTRATADA, por escrito ou outro meio eficaz de comunicação, as deficiências, porventura verificadas no fornecimento dos itens, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

13.5 – Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos da Lei Federal 14.133.

13.6 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **60 (sessenta) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

13.7 – Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1 – Entregar os materiais, no prazo e condições estabelecidas no item XIII deste termo de referência, e também:

14.2 – A entrega deverá ser previamente agendada com o setor responsável pelo recebimento, nos termos do item 8.1, podendo ser adotado horário alternativo, desde que não prejudique o bom desempenho das atividades do setor responsável, sem que a falta de tal concessão onere ou dificulte tal fornecimento.

14.3 – Entregar o material, independentemente da inspeção ou aprovação desta Secretária, em condições adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias, marítimos, ferroviários e/ou aéreos, sendo a empresa vencedora responsável até a entrega em seu destino final, sem ônus para esta Secretária.

14.4 – Os materiais entregues deverão possuir a mesma especificação daqueles descritos no **ANEXO I**, podendo suas medidas variarem em, no máximo, 5% (cinco) por cento daquelas dadas como referência, a critério da Administração e sem prejuízo à sua utilização.

14.5 – No caso de fornecimento de material fora das especificações deste Termo, o mesmo deverá ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso contrário, poderá ser considerada a inexecução do CONTRATO, sendo convocada a segunda classificada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

14.6 – Todos os bens deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, nas quais constarão os dados referentes a sua identificação, à marca do respectivo fabricante, à data de fabricação e ao prazo de validade, entre outros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



14.7 – Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.8 – Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.

14.9 – Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo da CONTRATADA, sempre que houver alteração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.10 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência /Projeto Básico para Registro de Preços e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

14.11 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

14.12 – Assinar a ata de REGISTRO DE PREÇOS, mantendo, durante toda a vigência dos mesmos, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

14.13 – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**



entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

XV - DO EDITAL DA LICITAÇÃO:

15.1 – Os itens do Edital serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente termo de referência/Projeto Básico para Registro de Preços.

XVI– DO CONTRATO:

16.1 – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato, Procuradoria-Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133 e Decreto Municipal nº 3.127/2024.

JÚNIOR LUIZ ALADOGA GONÇALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO